



Anais da Assembléia

N. 010

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 8.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1.988
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Amélia Hruschka e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irenê Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achan-do-se ausente o Sr. Deputado Rafael Greca (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2.^a SECRETÁRIA - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens

MENSAGEM N° 002/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 25 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, através do Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação, objetivando ação conjunta no sentido de que, com recursos do "Programa Nacional de Irrigação" e do próprio Estado, sejam realizados cursos de capacitação de técnicos para elaboração e execução de projetos de irrigação, drenagem e sistematização, bem como para aquisição de máquinas e equipamentos destinados a tais atividades.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 003/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do convênio celebrado em 04 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Município de PRANCHITA, objetivando a participação do referido Município na execução do Programa Estadual de Manejo Integrado de Solos - EMISA.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM n° 004/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

as inclusas cópias de convênios, celebrados em 09 de julho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de COLORADO, GUAIRACÁ e SANTO ANTONIO DO CAIUÁ, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 005/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo de Cooperação n. 06/87 - COMEC, celebrado em 02 de outubro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana e o Município de Curitiba, com a interveniência do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, objetivando a aplicação de recursos financeiros no Município, relativos à contrapartida Estadual do IV Programa de Investimentos em Transportes Urbanos - EBTU/Banco Mundial/Governo do Estado do Paraná e nas Medidas Institucionais e Operacionais previstas no Convênio a ser celebrado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Paraná, visando implantação de obras que beneficiem o Sistema de Transporte Público de Passageiros na Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM n° 006/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios, celebrados em 23 de setembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de MARIALVA e PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM n° 007/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios, celebrados em 09 de julho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de ALTO PIQUIRI, ARARUNA, CIDADE GAÚCHA, COLORADO, CRUZEIRO DO OESTE, CRUZEIRO DO SUL, DOURADINA, DOUTOR CAMARGO, FRANCISCO ALVES, GUAPOREMA, JAPURÁ, MARILENA, MARILUZ, MOREIRA SALLES, MUNHOZ DE MELO, PAIÇANDU, PARANAVAI, PÉROLA, RONDON, SANTA FÉ, TAPIRA, TERRA BOA, TERRA RICA, TERRA ROXA e UMUARAMA, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM n° 008/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios, celebrados em 24 de fevereiro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de ALTO PIQUIRI, ALTÔNIA, ASSIS CHATEAUBRIAND, BOA ESPERANÇA, BRAGANEY, CASCAVEL, CORBÉLIA, CRUZEIRO DO OESTE, DOURADINA, FRANCISCO ALVES, GOIOERÊ, GUARANIACU, ICARAÍMA, IPORÃ, JANIÓPOLIS, JESUITAS, MARIA HELENA, MARILUZ, MOREIRA SALLES, NOVA AURORA, NOVA OLÍMPIA, PALOTINA, PEROLA, SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, TAPEJARA, TERRA ROXA, TOLEDO, TRÊS BARRAS DO PARANÁ, TUNEIRAS DO OESTE, TUPASSI, UMUARAMA, VERA CRUZ DO OESTE e XAMBRE, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM n° 009/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios, celebrados em 24 de fevereiro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de ARARUNA, ATALAIA, BARBOSA FERRAZ, BOM SUCESSO, CIANORTE, DOUTOR CAMARGO, ENGENHEIRO BELTRÃO, FÊNIX, FLORAÍ, FLORESTA, GUARAPUAVA, INDIANÓPOLIS, IRETAMA, ITAMBÉ, IVATUBA, JANDAIA DO SUL, JAPURÁ, JURANDA, JUSSARA, MAMBORE, MANDAGUAÇU, MARIALVA, MARUMBI, NOVA CANTU, PEABIRU, PITANGA, PRESIDENTE CASTELO BRANCO, QUINTA DO SOL, RONCADOR, SÃO JOÃO DO IVAÍ, SÃO JORGE DO IVAÍ, SÃO PEDRO DO IVAÍ, SÃO TOMÉ, TERRA BOA e UBIRATÃ, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação da

medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM n° 010/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios, celebrados em 18 de fevereiro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de ABATIÁ, ANDIRÁ, APUCARANA, ARAPONGAS, ARAPOTI, ASSAÍ, ASTORGA, BANDEIRANTES, BELA VISTA DO PARAÍSO, BARRA DO JACARÉ, BORRIZÓPOLIS, CAMBARÁ, CAMBIRA, CARLÓPOLIS, CENTENÁRIO DO SUL, COLORADO, CONGOINHAS, CORNÉLIO PROCÓPIO, CONSELHEIRO MAIRINCK, CURIÚVA, FAXINAL, FIGUEIRA, FLORESTÓPOLIS, FLÓRIDA, GRANDES RIOS, GUAPIRAMA, GUARACI, IBAITI, IBIPORÃ, ITAGUAJÉ, ITAMBARACÁ, IVAIPORÃ, JABOTI, JACAREZINHO, JAGUAPITÁ, JAPIRA, JATAIZINHO, JOAQUIM TÁVORA, KALORÉ, LEÓPOLIS, LOBATO, LONDRINA, LUPIÓNÓPOLIS, MARILÂNDIA DO SUL, MIRASELVA, MUNHOZ DE MELLO, NOVA AMÉRICA DA COLINA, NOVA FÁTIMA, PINHALÃO, PIRAÍ DO SUL, PONTA GROSSA, PORECATU, PRIMEIRO DE MAIO, QUATIGUÁ, RANCHO ALEGRE, RIBEIRÃO CLARO, RIBEIRÃO DO PINHAL, RIO BOM, ROLÂNDIA, SANTA AMÉLIA, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTA FÉ, SANTA INÊS, SANTA MARIANA, SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, SANTO ANTONIO DA PLATINA, SÃO JERÔNIMO DA SERRA, SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, SAPOEMA, SERTANEJA, SENGES, SIQUEIRA CAMPOS, TOMAZINA e URAÍ, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM n° 011/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios, celebrados em 11 de fevereiro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de AMAPORÁ, CIDADE GAÚCHA, CRUZEIRO DO SUL, DIAMANTE DO NORTE, GUAIRACÁ, GUAPOREMA, INAJÁ, LOANDA, MARILENA, NOVA ESPERANÇA; NOVA LONDRINA, PARAÍSO DO NORTE, PARANACITY, PARANAVAÍ, PLANALTINA DO PARANÁ, PORTO RICO, QUERÊNCIA DO NORTE, RONDON, SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, SANTA ISABEL DO IVAÍ, SANTO ANTONIO DO CAIUÁ, SÃO CARLOS DO IVAÍ, SÃO JOÃO DO CAIUÁ, SÃO PEDRO DO PARANÁ, TAMBOARA, TAPIRA, TERRA RICA e UNIFLOR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 012/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação n° 10/87, celebrado em 16 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de CURITIBA, com interveniência da URBS - Urbanização de Curitiba S/A, objetivando a concessão de auxílio financeiro ao Município para aplicação em obras no Terminal Metropolitano de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 013/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio n° 33/87, celebrado em 19 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com interveniência do DER e a COMUNIDADE INDÍGENA DE RIO DAS COBRAS, assistida pela FUNAI, objetivando estabelecer condições no sentido da passagem da Rodovia PR-473, trecho Foz de Chopin à PR-277, em área do Patrimônio Indígena da referida comunidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 014/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio celebrado em 19 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social e o Município de MEDIANEIRA, objetivando a cooperação técnica e financeira da SETA, no sentido de concessão de bolsa auxílio a trabalhadores carentes que participarem do Programa de Formação de Mão-de-Obra dentro do Projeto "Brigadas de Trabalho" a ser implementado no Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 015/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias do Convênio celebrados

entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e os respectivos Municípios de PALMAS e de UMUARAMA, em 15 de dezembro de 1987, objetivando fomentar a agropecuária dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 016/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, referentes a:

- 9° Termo Aditivo (16.11.87), fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal.
- 8° Termo Aditivo (10.11.87), defesa e vigilância fitossanitária.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 017/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, com os Municípios de ASSAÍ, em 13.11.87; CÂNDIDO DE ABREU, em 21.12.87; ICARAÍMA, em 20.11.87; NOVA FÁTIMA, em 22.10.87; QUERÊNCIA DO NORTE, em 21.12.87; SALTO DO ITARARÉ, em 19.10.87; SANTA HELENA, em 09.11.87, e SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, em 04.11.87, todos objetivando a construção de prédios destina-

dos a sediar unidades policiais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 018/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos de 22.12.87 - DOE, 23.11.87 e 12.12.87, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, respectivamente com os Municípios de APUCARANA, CANTAGALO e COLOMBO, objetivando a conclusão de prédios destinados a sediar unidades policiais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 019/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Primeiro Termo Aditivo datado de 03 de dezembro de 1987, ao Convênio de Cooperação Técnica n° 07/87, celebrado em 18 de agosto de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e o Município de MATINHOS, objetivando assegurar a elaboração do projeto e execução dos serviços de terraplanagem, pavimentação e drenagem da Rodovia Ligação - Trecho PR-412 - Avenida Atlântica (Matinhos), numa extensão de 1,2 quilômetros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada

merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 020/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia de Convênio, celebrado em 28 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o município de CAMPO LARGO, objetivando a limpeza e manutenção do Parque Histórico do Mate.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 021/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e os Municípios de AMPÈRE, em 09.07.86; CÉU AZUL, em 09.07.86; CHOPINZINHO, em 26.05.87; CORONEL VIVIDA, em 11.11.86; ITAPEJARA DO OESTE, em 14.07.86; IVAIPORÁ, em 09.07.86; MARMELEIRO, em 09.07.86; QUATIGUÁ, em 24.07.86; RENASCENÇA, em 06.08.86; SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, em 28.07.86 e SAPOPEMA, D.O.E., 18.12.86, objetivando a construção de prédios a serem destinados às respectivas agências de rendas locais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 22/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios abaixo relacionados, objetivando dar continuidade à construção de prédios a serem destinados às respectivas agências de rendas locais:

Município	Data do Aditamento	Data do Conv. Aditado
AMPÈRE	08.06.87	09.07.86
CÉU AZUL	08.06.87	09.07.86
CHOPINZINHO	23.10.87	26.05.87
CORONEL VIVIDA	08.06.87	11.11.86
CORONEL VIVIDA	06.11.87	11.11.86
ITAPEJARA DO OESTE	08.06.87	14.07.86
IVAIPORÁ	08.06.87	09.07.86
MARMELEIRO	08.06.87	09.07.86
MARMELEIRO	06.11.87	09.07.86
QUATIGUÁ	08.06.87	24.07.86
RENASCENÇA	08.06.87	06.08.86
SAPOPEMA	08.06.87	08.12.86-DOE
ST. ANTONIO DO SUD.	08.06.87	28.07.86

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 023/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e as Entidades de Ensino Superior adiante mencionadas, nas datas e com os objetivos que especificam:

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Data do Convênio: 07.08.87

Objetivos: Execução da programação contida no Programa de Levantamento de Demanda Tecnológica e outras necessidades junto às Pequenas e Microempresas e Produtores Informais do Estado do Paraná na Área de Agroindústria de Alimentos.

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Data do Convênio: 22.09.87

Objetivos: Execução da programação contida na promoção de Seminário sobre a América Latina a ser realizado conjuntamente pelos setores de Ciências Sociais Aplicadas e de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR.

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Data do Convênio: 27.10.87

Objetivos: Promoção de uma ação concentrada no Município de Curitiba e outros.

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO FACULDADE DE AGRONOMIA "LUIZ MENEGHEL"

Data do Convênio: 11.12.87

Objetivos: Promoção de uma ação concentrada nos municípios especificados.

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE FRANCISCO BELTRÃO

Data do Convênio: 28.08.87

Objetivos: Promoção de uma ação concentrada nos municípios especificados.

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE FRANCISCO BELTRÃO

Data do Convênio: 30.09.87

Objetivos: Execução do Projeto de Implantação de Laboratório Industrial Modelo de Têxteis e Vestuário.

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE IRATI

Data do Convênio: 22.09.87

Objetivos: Promoção de uma ação concentrada no Município de Irati e região.

Entidade de Ens. Superior:

FACULDADES REUNIDAS DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE PALMAS

Data do Convênio: 19.10.87

Objetivos: Promoção de uma ação concentrada nos Municípios de Palmas, General Carneiro e Bituruna.

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO FACULDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAI

Data do Convênio: 21.10.87

Objetivos: Promoção de uma ação concentrada no Município de Paranaíba e outros.

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PATO BRANCO

Data do Convênio: 28.08.87

Objetivos: Promoção de uma ação concentrada nos Municípios de Pato Branco e região.

Entidade de Ens. Superior:

FUNDAÇÃO FACULDADE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE UNIÃO DA VITÓRIA

Data do Convênio: 07.12.87

Objetivos: Promoção de uma ação concentrada no Município de União da Vitória e outros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 024/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, referentes a:

Convênio: MIC/SCO/SIC-PR/N.07/87

Data: 03.09.87

Objetivo: Fiscalização de feiras e exposições previstas para o segundo semestre de 1987, no Estado do Paraná.

Convênio: MIC/CDC/SIC-PR/N.04/87

Data: 11.03.87

Objetivo: Cooperação Técnica e Financeira à Secretaria no Desenvolvimento do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 25/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e os Municípios abaixo relacionados:

Município: ALTO PIQUIRI

Data do Convênio: 13.11.87

Objetivo: Desenvolvimento de programa de preparação profissional na área de bordados industriais.

Município: ANDARAÍ

Data do Convênio: 17.07.87

Objetivo: Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização do I Seminário de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Andaraí e Região.

Município: ARAPONGAS

Data do Convênio: 13.11.87

Objetivo: Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

Município: CAMPINA DA LAGOA

Data do Convênio: 13.11.87

Objetivo: Promoção e Divulgação da II EXPOCAL - Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Campina da Lagoa.

Município: CASCAVEL

Data do Convênio: 13.11.87

Objetivo: Promoção e divulgação dos produtos industriais e comerciais do Município, através da VIII EXPOVEL - Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Cascavel.

Município: CÉU AZUL

Data do Convênio: 13.11.87

Objetivo: Promoção e divulgação da III EXPOCA - Exposição Agropecuária Industrial e Comercial de Céu Azul.

Município: CORBÉLIA

Data do Convênio: 30.09.87

Objetivo: Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

Município: GRANDES RIOS

Data do Convênio: 25.09.87

Objetivo: Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

Município: GUARAPUAVA

Data do Convênio: 13.11.87

Objetivo: Promoção e divulgação da XIII Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava.

Município: LARANJEIRAS DO SUL

Data do Convênio: 01.07.87

Objetivo: Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

Município: MARIA HELENA

Data do Convênio: 23.09.87

Objetivo: Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

Município: PAIÇANDU

Data do Convênio: 16.10.87

Objetivo: Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

Município: SÃO JOÃO DO CAIUÁ

Data do Convênio: 27.10.87

Objetivo: Promoção e divulgação da I Feira Agropecuária e Industrial de São João do Caiuá.

Município: SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Data do Convênio: 30.09.87

Objetivo: Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 26/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 15 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Município de GUARACI, objetivando a realização da V EXPOGUAR - Exposição de Produtos Agropecuários.

O interesse público na aprovação da

medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 027/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando a locação de recursos financeiros para atendimento de despesas com obras de reforma e adaptação do Parque de Exposições Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 028/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 30 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de GUARAQUEÇABA, objetivando aplicação de recursos financeiros no transporte hidroviário de passageiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 029/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Aviação Civil, com a interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando a elaboração do Plano Aeroviário do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 030/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, objetivando a execução dos serviços de implantação, pavimentação e das demais obras complementares para duplicação do trecho Curitiba - Garuva, divisa PR/SC, com extensão estimada de 75 km - rodovia PR-376, integrante do Plano Nacional de Viação.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 031/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 27 de outubro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Município de CAMPO NOURÃO,

com a interveniência da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 032/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados em 15 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com a interveniência do Departamento de Estradas de rodagem e os Municípios de APUCARANA, BARRAÇÃO, CAPANEMA, CASCAVEL, CHOPINZINHO, CIANORTE, CORONEL VIVIDA, CURITIBA, DOIS VIZINHOS, ENÉAS MARQUES, FRANCISCO BELTRÃO, IBAITI, IBIPORÁ, JACAREZINHO, PIRAÍ DO SUL, PLANALTO, RIBEIRÃO CLARO, SANTA TEREZINHA DO ITAÍPU, SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, TERRA RICA, TOMAZINA, e, em 02 de outubro de 1987, com o Município de CRUZEIRO DO OESTE, todos objetivando proceder reparos nas malhas rodoviárias dos referidos Municípios, afetados por chuvas, enchentes e inundações.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 033/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio publicado no DOE de 18 de janeiro de 1988, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado do Mato Grosso do Sul, através de sua Secretaria de Estado de

Obras Públicas, objetivando a execução de obras para ligação das redes pavimentadas dos dois Estados, na Rodovia BR-487 que liga Cabureí MS a Porto Camargo PR, transpondo o Rio Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 034/88

Curitiba, 12 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios de GUAÍRA, em 18.11.87; LOANDA, em 06.11.87; MARINGÁ, em 27.01.88 e TIBAGI, em 23.12.87, objetivando construção ou reformas de prédios para unidades policiais dos referidos Municípios; e, ainda, cópias de termos aditivos, datados de 23.12.87, a Convênios, para iguais objetivos, celebrados com os Municípios de CRUZEIRO DO OESTE e WENCESLAU BRAZ.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 035/88

Curitiba, 29 de fevereiro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Termo Aditivo, de 03 de fevereiro de 1987, ao convênio de Cooperação Administrativa e Financeira - DOE 05.11.86, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e o Município de UBIATÁ, objetivando a execução de obras externas, colocação de divisórias, pisos e esquadrias na sede da CIRETRAN 16-

cal.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 041/88

Curitiba, 02 de março de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio n° 03/87, celebrado em 03 de julho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Ministério da Cultura, por intermédio da Secretaria de Apoio à Produção Cultural, objetivando a realização do "VII FESTIVAL DE MÚSICA DE LONDRINA - PR".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 42/88

Curitiba, 02 de março de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Acordo celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto Nacional de Artes Cênicas do Ministério da Cultura, em 03 de agosto de 1987, objetivando a transferência de recursos financeiros para aplicação no Edital do Programa de Incentivo à Produção de Teatro e Dança, de acordo com o Termo de Compromisso assinado com este Instituto.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL À
PROPOSIÇÃO N° 10/88

Artigo Único- O § 3°, do Artigo 65, da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

Art. 65 -.....

§ 3°- A proibição de acumular proventos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, cargo em comissão ou contrato para prestação de serviços.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Apoiamento: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Eduardo Baggio, Irondi Pugliesi, Artagão Mattos Leão, Amélia Hruschka, Cândido Bastos, Basílio Zanusso, Orlando Pessuti, Caio Quintana, Raul Lopes, Algaci Túlio, Sabine Campos, Vera Agibert, José Rogério Carvalho e Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

As propeções tal Emenda, e fazemos para que não paire dúvidas quanto ao aproveitamento de pessoal experiente no serviço público.

A nova redação dada ao § 3°, do Artigo 65, torna-o mais abrangente, dando oportunidade a funcionários aposentados de trabalhar, usando o conhecimento adquirido, em tantos anos, a serviço do Estado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 009/88, da Comissão Executiva.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência, aos Projetos de Lei n°s 039/88 e 040/88, que tratam respectivamente de alterar os vencimentos dos Cargos do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando integrar a Tabela no texto da Lei n° 8.671 de 21.12.87, e dispõe sobre o Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

ANIBAL KHURY

Apoiamento: Nilton Barbosa, Domingos Scarpellini, Eduardo Baggio Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:

A presente medida se torna necessária pelo fato de que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná precisa de norma legal que ampare a estrutura funcional dos cargos do seu Quadro Efetivo, sendo "conditio sine qua non" para seu eficaz funcionamento e para que o mesmo cumpra seu devido papel junto a comunidade, obedecendo à Constituição Estadual.

Devido ter sido a Lei n° 8.082, de 28.05.85, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e tendo esta servido de base para o devido anteprojeto, a medida aqui proposta torna-se mister tanto quanto cabível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 07/88, de sua autoria referente à Legislação Específica sobre o controle de poluição em pequenas bacias mananciais, destinadas ao abastecimento de água potável às populações urbanas, nos termos que especifica.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado por 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei n° 239/86, de autoria do Deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado por 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei n° 217/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja

retirado por 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei n° 69/86, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei n° 226/86, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 125/86.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e retorno à Comissão de Constituição e Justiça e posterior envio à Comissão de Finanças, do Projeto de Lei n° 366/87, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que ratifica os marcos implantados pelo ITCF nas nascentes dos rios Saci e Itambé bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apucarana e Arapongas, para apreciação da Emenda corretiva apresentada na 2ª Discussão do referido Projeto.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, REQUEIRO que o Projeto de Lei n° 366/87, e respectiva Emenda, seja encaminhado à C.C.J., para análise da constitucionalidade do Projeto e da Emenda.

Razões já expostas no meu encaminhamento nesta Sessão.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) IRONDI PUGLIESI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, o adiamento de discussão, por vinte 20 (vinte) sessões, do Projeto de Lei n° 55/85, da iniciativa do Poder Executivo.

Justifica-se a retirada do processo de discussão, face à necessidade de adaptação do mesmo às normas legais vigentes e pertinentes à espécie, no que se refere ao laudo de avaliação.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Senhor Fernando Buck, ocorrido em 14 de março de corrente ano, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Victória Julia Evangelista Chimalesski Parelím, pessoa da família tradicional de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu esposo, Senhor Darley Antônio Parelím, residente na rua Benedito Soares Pinto n° 2.025, Campo Largo-Pr.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá- CO-CAMAR, na pessoa de seu Presidente Senhor Osvaldo de Moraes Corrêa, pela passagem dos 25 anos de fundação daquela entidade.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Fundada a 26 de março de 1963, a COCAMAR- Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda., possui atualmente 25 mil associados atuando em diversos segmentos do ramo agropecuário. Iniciou suas atividades em 1963 com apenas 40 cooperados, enfrentando várias dificuldades, principalmente de ordem econômica, não obstante, esta entidade usando da competência e criatividade de seus dirigentes na época, optou pela diversificação de suas atividades, e atualmente, graças ao esforço de seus pioneiros conta com um enorme parque industrial, onde se destacam as unidades de extração de óleo e farelo de soja com capacidade para 1.600 toneladas, a unidade de extração de farelo e óleo de caroço de algodão, 2 unidades de fiação de algodão, fiação de seda, refinaria de óleos vegetais e envasamento com tecnologia pioneira no Brasil, utilizando o PVC bi orientado. A COCAMAR é responsável hoje por 3.800 empregos diretos, pos-

sui entrepostos em São Jorge do Ivaí, Jussara, Floresta, Doutor Camargo, Iporã, Pérola, Altônia, Florai, Paranaíba, Paracity, Cianorte, Atalaia, Nova Esperança e postos avançados em Paraíso do Norte, São Jorge do Patrocínio, Bairro Catarinense, Terra Boa e Japurá. Durante o exercício de 1987, a Cooperativa apresentou uma receita de 9,3 bilhões de cruzados, o que a coloca atualmente como a 6.^a principal Cooperativa Agropecuária do País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações às autoridades abaixo nominadas pela constituição e instalação da empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.- FERROESTE, nesta data.

1. Governador do Estado do Paraná- Alvaro Dias.

2. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, José Carlos Gomes de Carvalho.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de congratulações e expressões de regozijo pelo transcorrer desta data, em que o Jornal "Diário da Manhã", de Ponta Grossa, comemora o seu 1° ano de existência, tendo à testa a pessoa do amigo e companheiro Adhail Inglês, figura da maior expressividade no seio jornalístico princesino e paranaense, a quem com satisfação, atribui suas manifestações, extensivas aos demais membros daquela Direção, pela seriedade com que vem conduzindo esse importante matutino de nossa cidade, na árdua tarefa de informar.

Esse setor que, inegavelmente, tem contribuído de forma significativa para o engrandecimento de Ponta Grossa, vem dignificando com seu trabalho, cada vez mais, a imprensa de nosso Estado.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência ao Senhor Adhail Inglês, à rua Balduino Taques, n° 890, em Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor ao Esporte Clube Sete de Setembro de Dois Vi-

zinhos pela conquista da Taça Paraná de 1988, no dia 13 de março de 1988.

Requer-se seja dada ciência do conteúdo deste requerimento à toda Diretoria, bem como os integrantes da equipe, cuja nominata e endereços, integram este requerimento.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O Sete de Setembro, tradicional Clube de Dois Vizinhos, mantém o time de futebol amador há muitos anos. Tão somente a vontade de competir e de bem representar a cidade faz com que o Sete de Setembro seja um elo de integração amizade e entusiasmo de todos os duvidizinhosenses.

Há anos, mais de dez, percorre os campos de futebol à procura da Taça Paraná. Foi vice-campeão, lutou, esbarrou em muitas dificuldades, mas hoje vê consagrada a sua tenacidade.

Esporte Clube Sete de Setembro, Campeão de 1988!

O Triestre, daqui da nossa Santa Felicidade que já foi campeão, disputando juntamente com o Sete de Setembro, hoje naturalmente reconhece a supremacia do Campeão.

Requer-se seja dada ciência deste, também ao Prefeito Municipal de Dois Vizinhos, ao Presidente da Câmara e à Rádio Educadora de Dois Vizinhos.

Parabéns Sete de Setembro!

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências quanto a atitude tomada pelo Delegado Adauto Abreu de Oliveira, que num total desrespeito à liberdade de imprensa, proibiu a jornalista Gilsemara Cornelsen, dos Jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", de exercer suas funções naquela Delegacia.

O Delegado foi mais além, quando ofendeu a moral da jornalista, recusando-se inclusive, a fornecer informações a respeito do episódio deprimemente ocorrido na Rua Dr. Muricy e que envolveu policiais militares e civis, inclusive, da própria Delegacia de Furtos e Roubos.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Ple-

nário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Dr. Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, solicitando sejam liberados recursos para a reconstrução, com duas salas de aula, da Escola Almirante Alexandrina, na localidade de Santa Lúcia, Município de Pranchita, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Almirante Alexandrina, localizada em Santa Lúcia, Município de Pranchita, conta com considerável número de alunos matriculados e não oferece as mínimas condições para abrigar os estudantes, haja vista seu deplorável estado, que pode até colocar em risco a integridade física de alunos e professores. Assim, nesse apelo à Secretaria da Administração, no sentido de que viabilize, com a máxima urgência, recursos para a reconstrução da referida escola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Deputados Federais, eleitos pelo Paraná, solicitando apoio ao Projeto de Lei n. 50, de 1987, daquela Casa de Leis, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, bem como autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário sejam oficiados aos Senadores José Richa, Afonso Camargo e Leite Chaves, do Paraná, solicitando apoio ao Projeto de Lei n. 50, de 1987, da Câmara Federal, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, bem como autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regi-

mentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando apoio ao Projeto de Lei n. 50, de 1987, da Câmara Federal, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, bem como autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no desempenho de suas incumbências constitucionais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após aprovação pelo Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sugerindo estudos no sentido da implantação de um Programa de Abastecimento Alimentar no Estado do Paraná, que ajuste as atividades produtoras rurais ao consumo e possibilite ao órgão governamental próprio, dar aos produtores, as probabilidades de excedentes exportáveis com a respectiva orientação de safras, tudo harmonizado com o crédito necessário ao empreendimento.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Um fato é inegável na economia agrícola nestes últimos anos: o quase constante descompasso entre a produção e o consumo de alimentos, tende a gerar, em grande número de casos, a inadimplência do setor perante as instituições financiadoras da produção, ou o encarecimento final do consumo.

A causa mais evidente, é a absoluta ausência de uma política de produção. O agricultor semeia a terra à deriva do mercado; o agropecuarista cria o boi sem controle de estoques; o suinocultor e o avicultor aprimoram as suas atividades sem conhecimento prévio de que esses produtos serão amparados no consumo.

Assim, os estudos objetivariam a implantação de um programa de segurança empresarial de forma a evitar-se o aventureirismo ou mero açodamento produtivo que tanto quanto algumas vezes empanturram, em outras, não atendem a demanda do mercado; mas, via de regra, tem funcionado como agente desestimulador dos produtores.

Os efeitos do atual sistema, aí estão: o governo, socorrendo as crises da atividade produtora; esta está tolhida para a expansão empresarial; e, o consumidor, sem tranquilidade de sobrevivência, porque quando não é atacado pelos preços exorbitantes para os salários que recebe, é atacado pela falta de produtos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no desempenho de suas prerrogativas constitucionais, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando a determinação de estudos de viabilidade técnica para a criação de um Posto de Controle e Administração de Pesca Marítima, em Pontal do Sul, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Há em cena, no setor pesqueiro, um conjunto de elementos que, pela patente superficialidade com que os órgãos oficiais responsáveis costumam atuar, tem obstruído o seu melhor desenvolvimento.

De levantamentos precedidos dentre pescadores e comerciantes de peixes do Estado do Paraná, constatamos que, não obstante a atividade pesqueira do nosso litoral ser apreciável, o comércio registra que, apenas 30% do produto consumido é da nossa produção; o restante, é dado como fornecimento de outros Estados.

Particularmente, isto ocorre porque a pesca empresarial que é realizada com barcos de grande calado, por não encontrar uma infra-estrutura de receptividade ali, é desviada para os estados limítrofes e deles, transportada para o Paraná a custos sensivelmente mais elevados.

Assim, entendemos que, havendo um órgão que oriente e coordene desde a extração do peixe como matéria prima industrial até a sua comercialização, essa atividade formaria item em nosso desenvolvimento econômico, com benefícios tridimensionais, aos pescadores, ao Estado e aos consumidores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente do BADEP, ao Secretário da Agricultura, e ao Superintendente da LBA no Paraná, contendo reivindicações da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Luzia - APRO-SANTA, Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, que tratam da sobrevivência dos pequenos agricultores daquela comunidade, e são um retrato fiel da situação caótica em que se encontram os pequenos agricultores de todo o País, massacrados pela atual política econômica da Nova República e REQUER, ainda, seja encaminhada cópia do presente requerimento àquela

Associação.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos, a agricultura brasileira tem enfrentado sérias crises. Naturalmente, os pequenos agricultores são os mais afetados. Os preços não compensam, não cobrem os custos de produção, a assistência médica e odontológica é fraca, as estradas normalmente são ruins e os produtos necessários à subsistência são caros. A inflação galopante e os altos custos dos fertilizantes não estimulam ninguém a produzir, muito menos os agricultores considerados pequenos ou médios. Diante deste quadro é necessário que o poder público se preocupe mais com estas reivindicações, para que os pequenos agricultores possam sobreviver e evitar que a fila dos sem-terra aumente ainda mais, já que a nível de reforma agrária estamos recuando ao invés de avançarmos.

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER apoio à reivindicação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba - APAE, com relação à garantia de um benefício mensal às pessoas portadoras de deficiência que, comprovadamente, não possuem condições de prover a própria manutenção.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Governador Álvaro Dias, manifestando o apoio deste Poder Legislativo à reivindicação da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com relação à garantia de um benefício mensal às pessoas portadoras de deficiência e que, comprovadamente não possuem condições de prover a própria manutenção.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - LBA, solicitando auxílio financeiro para a Creche Menino Jesus, localizada na Vila Rio Grande, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Menino Jesus, de Campo Mourão, é uma entidade que presta relevantes

serviços àquela comunidade, no atendimento de crianças. Entretanto, considerando-se que atravessa um período de crise atualmente, necessita de auxílio financeiro para continuar suas atividades em benefício daquela população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor César Benevides, Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Alan Kardec, localizada no Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Alan Kardec atende crianças desamparadas do Município e Peabiru e região, entretanto, por razões de dificuldades financeiras, encontra-se incapacitada de prestar os serviços necessários de atendimento, necessitando de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de moção de apoio e solidariedade ao movimento de paralização deflagrado pelos estudantes da Associação Paranaense de Educação e Cultura, entidade mantenedora do ensino de 3º grau de Umuarama.

REQUER, outrossim, que a moção seja entregue aos Diretórios Acadêmicos, representantes do corpo discente, de cada curso mantido pela APEC, com cópia para o Conselho Regional de Educação, órgão responsável pela fiscalização dos reajustes das mensalidades das escolas particulares.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solidariedade proposta, fundamenta-se no fato de os estudantes daqueles cursos superiores estarem sendo altamente explorados pelo reajuste abusivo das mensalidades escolares proposta pela APEC. Tal reajuste ultrapassa a casa dos 400%, tornando inviável o pagamento para a maioria dos alunos, uma vez que esta maioria é trabalhadora e os salários não foram alterados neste índice, não chegando, nem mesmo, a cobrir a inflação dos últimos meses.

Persistindo essa situação de aumento abusivo, centenas de estudantes serão

obrigados a abandonar seus cursos por falta de estrutura financeira, fato que, concretizado, representará ao Paraná um grande prejuízo na área profissional.

Por estes motivos é que proponho aos nobres Parlamentares uma moção de apoio ao movimento daquele corpo discente, na certeza de que isso irá fortalecer e contribuir para com a luta pela redução dos aumentos de mensalidade propostos pela entidade mantenedora.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 045/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, o MOVIMENTO GNÓSTICO UNIVERSAL DE CURITIBA, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Fundado no ano de 1984, no Município de Curitiba, o "Movimento Gnóstico Universal de Curitiba", vem desenvolvendo trabalhos e estudos baseados nos ensinamentos da Ciência-Gnóstica, tendo como resultado a estes estudos, a superação do ser humano nos campos do ser e do saber.

Esta entidade tem por finalidade, incentivar seus membros a obter entre eles maior solidariedade e fraternidade, sem preconceito de religião ou doutrina sectária.

Ressalta-se que todos estes trabalhos são realizados gratuitamente e sem fins lucrativos, utilizando para sua divulgação a denominação "Programas Culturais Gnósticos do Brasil".

Tendo em vista os benefícios prestados à população curitibana, torna-se necessária declará-la de Utilidade Pública, e colocamos o presente Projeto de Lei à apreciação dos ilustres Pares desta Casa, solicitando sua aprovação, por se tratar de assunto de relevante caráter social e cultural.

PROJETO DE LEI N° 046/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a U.F.U. - UNIÃO FRATERNAL UNIVERSAL, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

A "União Fraternal Universal" instalada no Município de Curitiba no ano de 1982, é uma entidade sem fins lucrativos, onde desde sua fundação vem efetuando estudos sobre a energia das pirâmides, seus benefícios, suas partes místicas e espirituais, que possam ser aplicadas em proveito da ciência e filosofia, sendo extensiva à população em geral, para que esta conheça e possa usufruir dessas benfeitorias.

Essa assistência é promovida de forma gratuita a todos os necessitados, sendo que entre seu atendimento encontram-se pessoas aflitas, com doenças físicas e psíquicas, enfim todas aquelas que buscam sua cura através da crença espiritual.

Tendo em vista os benefícios desempenhados pela entidade acima mencionada, torna-se necessário declará-la de Utilidade Pública, e assim sendo submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nossos ilustres Pares desta Casa, solicitando sua aprovação, pois a questão aqui tratada, tem relevante caráter social.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - É aprovada a Ata. Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concede a palavra ao Deputado Raul Lopes. Declina.

Havendo declinado, consulto o Deputado José Rogério Carvalho. Declina.

Havendo declinado, consulto o Deputado Lindolfo Júnior. Declina.

Encerrado o horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Consulto o Deputado Paulino José Delazeri, se fará uso do seu tempo.

Ausente.

Estando ausente, consulto o Deputado Pedro Tonelli. Declina.

Havendo declinado, consulto o Deputado Algaci Túlio.

Com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Subo à tribuna para abordar uma situação das mais difíceis pela qual passa o Estado do Paraná, principalmente a população curitibana que, nos últimos dias, têm se defrontado com uma sequência de fatos lamentáveis e mais lamentável ainda, envolvendo a Polícia Civil do Estado do Paraná e a Polícia Militar. Alguma coisa na verdade não está funcionando bem, dentro de seis dessas duas corporações, respeitadas por todos nós paranaenses, mas que nos últimos dias, repito, tem nos trazido uma preocupação muito grande e em especial nós, homens, ligados

diretamente à cobertura dos meios policiais.

Nos idos de 1960, nós tivemos em Curitiba, uma guerra, na verdade que começou exatamente em função de um policial que exigia uma nota fiscal quando fora comprar um pente. Daí tornou-se conhecida a famosa "guerra do pente", em Curitiba, que originou até um filme. Passado este episódio, evidentemente, nós tivemos outros fatos que envolveram tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar. E sempre, evidentemente, as cobranças foram feitas ao ponto de, em várias ocasiões, cobrar-se insistentemente ao Secretário de Estado da Segurança da época, uma posição, uma tomada de medidas para os fatos.

Mudam-se governos, mudam-se os Secretários e lamentavelmente a grita, o chio é sempre o mesmo envolvendo os nossos policiais. Nestes últimos dias, como dizia no começo, nós tivemos fatos lamentáveis. Começando pela prisão de um tenente da Polícia Militar, feita por uma equipe de policiais civis. Este tenente foi levado para o 3º Distrito Policial, colocado num xadrez, contrariando, na verdade, o que existe entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. Deveria ser este militar ter sido levado diretamente à sua corporação. Infelizmente, talvez, por uma questão de rivalidade entre as duas polícias, ele foi levado para o Distrito Policial. E o que é que aconteceu?

De madrugada, várias viaturas policiais, sob o comando de um oficial, invadem o 3º Distrito Policial e acontece a retirada deste tenente da Polícia Militar e o seu recolhimento, conseqüentemente, ao quartel da corporação.

Este fato por si só colocava em análise a atuação das nossas polícias. O fato gerou muitos comentários, virou até notícia nacional e exigiu uma sindicância que foi concluída e mostrada ontem à imprensa, onde foram condenados dois delegados da Polícia Civil e um oficial da Polícia Militar porque desrespeitaram, na seqüência dos fatos, os estatutos de suas corporações. Provaram várias falhas nessa sindicância.

Passado esse episódio, veio o episódio seguinte. O espetáculo deprimente dado por policiais civis e militares em pleno centro da cidade, na Rua Dr. Murici, confluências com a Rua XV de Novembro e Cândido Lopes, simplesmente pelo fato de que uma viatura policial civil, descaracterizada, estacionara um pouco em cima da calçada, em local proibido, originando-se uma discussão que, na seqüência, mobilizou diversas viaturas militares, viaturas civis, policiais militares. Houve, até, agressões, a populares em um fato, repito, deprimente que aconteceu em pleno centro da

cidade.

Nunca a nossa polícia demonstrou tanta eficiência quando existia uma briga entre as polícias civis e militares. A mesma eficiência que, lamentavelmente, os curitibanos e paranaenses sentem na hora em que solicitam uma viatura da polícia, tanto civil quanto militar. O espetáculo deprimente também virou notícia nacional porque enquanto os bandidos assaltam, matam, estupram, a nossa polícia briga entre si. Infelizmente, os espetáculos tristes apresentados por policiais civis e militares não pararam por aí, continuaram. Na seqüência, no final de semana passada, de sexta para sábado, aconteceu um outro fato deprimente e revoltante, até, quando dois policiais militares ocupando uma viatura em que estavam a serviço, acabaram apanhando uma senhora com um filhinho de cinco anos de idade no colo, e os colocaram dentro desta viatura e, mais tarde, segundo as denúncias desta senhora, acabou sendo levada para um local ermo e ali teria sido violentada na frente do seu filhinho de cinco anos de idade.

Claro que ontem, houve o repique desta denúncia. O policial disse que não houve a violência, que a mulher era, já "um caso" dele e queria dinheiro e ele simplesmente fez um favor de dar uma carona levando-a até o centro da cidade.

No entanto, esta desculpa do policial não é, segundo as informações, verdadeira, pelo menos na palavra desta mulher que denunciou o fato. Tanto é verdade que os dois policiais e a mulher foram levados para o Instituto Médico Legal para que se fizessem os exames necessários.

E, o fato até que passou meio despercebido, porque não houve interesse da polícia em divulgar este acontecimento.

Além disso, nós tivemos ainda no meio da semana policiais embriagados freqüentando bailes, agredindo pessoas presentes.

Mas vejam, para culminar, pelo menos por ora e Deus queira que pare por aí, este festival de besteiras, deprimente da atuação da nossa polícia, e eu repito, nós temos um respeito muito grande pela nossa polícia, pelos homens que fazem o trabalho policial com seriedade, dedicação, honestidade, voltado realmente para a segurança da nossa população.

Esses espetáculos seguidos, deprimentes, provocados por policiais civis e militares, culminaram, na tarde de ontem o início da noite, quando em um boteco estava um policial civil, aliás um policial militar e depois dois policiais civis. E, naturalmente, claro que não foi uma coisa preparada, premeditada: "- Vamos lá, vamos brigar..." Não é isto. Mas levados por esta seqüência de fatos lamentáveis envol-

vendo as duas polícias, o que aconteceu? Houve ofensa de lado a lado e, como consequência disto, o policial civil acabou matando um policial militar. Isto aconteceu na noite de ontem em Curitiba, no Jardim das Américas, durante uma briga de bar.

Estes fatos todos nos têm levado a uma preocupação muito grande, em especial por sermos nós homens do meio, por vivermos anos e anos trabalhando ao lado da polícia, criticando, elogiando, cobrando, enfim fazendo trabalho que a população nos exige na nossa função que exercemos diariamente na imprensa.

O Sr. Caetano Quintana - Deputado, permite um aparte?

O SR. ALGACI TULIO - Na sequência. Consequência disto tudo: chegamos a uma situação intolerável em Curitiba, em que a população não admite mais, e que chega até a ponto de se perguntar se devem confiar na polícia ou nos bandidos.

Não quero chegar a este ponto. Mas, infelizmente, a população chega e faz estas indagações: "- Em quem devemos confiar, na polícia, ou nos marginais?"

Os fatos estão aí para mostrar, para comprovar o estado de insegurança que vive esta população, acuada com os aumentos exorbitantes de impostos, com uma carga tributária impressionante, com alto custo de vida e, ainda por cima, a segurança que tanto foi pregada nos palanques nas últimas campanhas, que seria prioritária, a exemplo da educação. O que estamos vendo? Um duelo entre policiais civis e militares.

Por isto. Senhores Deputados, vimos a esta tribuna por sermos membros da Comissão de Segurança Pública desta Casa, que precisa urgentemente se reunir, o mais rápido possível, para uma conversa nesta Casa, onde nós Parlamentares temos a responsabilidade de fazer as cobranças ao Secretário de Estado da Segurança, ao Comandante da Polícia Militar, ao Diretor da Polícia Civil, para ver a quantas anda a nossa polícia, e a segurança da nossa população e a nossa própria segurança, haja vista que muitos Parlamentares já sofreram na pele os assaltos, a insegurança e a tranquilidade de nossa cidade.

É preciso que tomemos uma posição. É preciso que o Governador, que hoje completa um ano de Governo neste Estado do Paraná, dê um murro na mesa e chame às falas o Secretário, o Comandante, o Diretor, a alta cúpula da Polícia, para que expliquem o que está acontecendo.

Além disto tudo ainda, outros fatos estão acontecendo no seio das duas corporações e não vêm a público. Um deles refere-se ao movimento dos Delegados de Poli-

cia do Estado do Paraná que estão insatisfeitos com seus salários, e algumas medidas tomadas pelo Governador do Estado. E a população não pode ficar pagando, correndo o risco de ser assaltada, roubada, tendo o seu domicílio violado. Corre este risco enquanto a polícia fica duelando uma contra a outra.

É preciso que tomemos uma posição.

E a coisa não pára por aí, porque de repente, a imprensa vira o "bode expiatório" desta crise da polícia, lamentavelmente. E eu sou testemunha de vários casos em que eu acabei virando "bode expiatório". Não a imprensa que fala demais, que diz o que não é verdade, que inventa notícias, e que dá mais valor ao que diz um bandido do que ao que diz um policial. Não é bem assim, não. Ninguém tem interesse em jogar uma polícia contra uma população. Mas, nós temos interesse em trazer a verdade dos fatos. E assim tem sido pautada a nossa conduta e a conduta de quase todos os repórteres policiais que cobrem o setor, diariamente, sem ter um salário melhor do que qualquer outro jornalista, correndo risco de vida, porque cobrir a área policial exige muito do repórter, do jornalista. Ele não tem diferenciação de salário como os demais jornalistas, como os demais repórteres. Mas, ele faz aquilo com muita dedicação, com muito esforço, com muita luta.

E o que nós vemos? Quando há uma crise no Brasil, no Governo, a imprensa é o "bode expiatório". Recentemente o Ministro da Justiça disse lá em Brasília que estava tudo bem, que não havia nada, que as reuniões no Planalto eram reuniões de rotina e que era a imprensa que estava aí dizendo que havia uma crise neste País, quando na verdade ele, Ministro, diz que não tem crise.

Evidentemente, ele não enfrenta uma fila do INPS, supermercado, de delegacia para registrar queixa e ter que pagar, ainda, para fazê-la.

Então, são fatos que nos trazem a esta tribuna para que relatemos, aqui, também, para que esta Casa tome conhecimento e tome posição, independentemente de cores partidárias. É a segurança do povo, que não tem partido. É a tranquilidade de uma cidade do Estado que precisa tê-la, independente se o governo é do PMDB ou de outro partido. Não é o caso.

Queria me fixar, ainda, como comecei, no caso da imprensa. Vejam o que tem acontecido nos últimos dias. Vários repórteres policiais de jornal, de rádio e de televisão têm sido agredidos, ofendidos moralmente por policiais despreparados. Poderia citar alguns casos: repórter Amado, da Rádio Cultura de Curitiba, repórter Geraldo,

da Rádio Cidade de Curitiba; repórter Juarez Santos, da Rádio Difusora de Curitiba; e agora o fato mais recente, a repórter jornalista e assessora da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Jucilmara Cornelsen, do "Estado" e da "Tribuna do Paraná". Foi ela, ontem, à Delegacia de Furtos e Roubos pedir ao Delegado Adalto Abreu de Oliveira para que falasse alguma coisa, sobre o episódio da rua Dr. Muricy, que envolvera policiais militares e policiais civis. Na sua missão de bem informar, no seu trabalho responsável, porque eu tenho até um certo orgulho, que praticamente a lancei como repórter policial em Curitiba. Era uma das primeiras mulheres a frequentar a dureza de uma delegacia, do necrotério, do Instituto Médico Legal, de ir ao local do assassinato. E a repórter foi ao Delegado Adalto Abreu de Oliveira pedir informações a respeito do episódio da rua Dr. Muricy. O que é que aconteceu? O Delegado Adalto, de cabeça quente, sei lá por quê pois toda a Polícia está de cabeça quente, esta é a verdade. É uma insegurança do próprio policial decorrente de não saber o que é que vai acontecer. Sai de casa com a família passando necessidades. Claro é que houve uma melhoria de salário, para todas as categorias policiais. Mas, na situação em que está hoje o País, as melhorias que foram dadas, nem com elas, o policial consegue viver. Aí, ele sai de casa de cabeça quente, sem dinheiro para deixar para a esposa, para os filhos. É a lista de material escolar, é o IPTU, que tem que pagar, é a água que subiu violentamente, é a luz que foi constando no relógio que ele gastou, mas ele não gastou, e outros fatos mais que levam o policial a ficar intranquilo. E com esta intranquilidade ele vai para o seu trabalho numa jornada de 8, 10, às vezes, até 24 horas por dia, para tentar defender a sociedade. E o Delegado Adalto Abreu, sei lá por que cargas d'água, não teve a tranquilidade nesta hora, tendo a sua frente uma jornalista, e acabou por agredi-la moralmente e chegando ao ponto de expulsá-la daquela delegacia determinando a proibição de sua permanência naquele recinto.

Vejam a que ponto chega, lamentavelmente, o despreparo, a insegurança, o abalo psicológico de determinados policiais.

Neste sentido, estou encaminhando requerimento à Mesa hoje, para que seja enviado ao Secretário de Estado de Segurança Pública, em nome da imprensa policial do Estado do Paraná, no sentido de que Sua Excelência, o Secretário, se ainda está no cargo, eu não sei, porque diante de tantos acontecimentos lamentáveis que envolveram a nossa polícia e que ainda estão envolvendo-a, eu já nem sei mais também, se o Dr. Antônio Lopes de Nbronha, é Secretário

ainda, ou não é, se o Governador já deu murro na mesa ou não deu. Se substitui ou não a cúpula diretiva da nossa Segurança.

Mas, a verdade é que enviei este requerimento, via Mesa, pedindo ao Senhor Secretário para que chame as falas do Delegado Adalto Abreu, para que esta determinação seja imediatamente suspensa, permitindo livre acesso, da imprensa na Delegacia de Furtos e Roubos.

Em nome da liberdade de imprensa, em nome de quem tem o direito de bem informar a população deste Paraná, este requerimento está na mesa e eu espero a sua aprovação, através dos Parlamentares, que se encontram aqui neste Plenário.

Permito o aparte ao Secretário Caíto Quintana, ao Deputado Caíto Quintana, possivelmente quem sabe até, nos próximos dias, um Secretário no Governo Álvaro Dias.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Algaci Túlio, eu tenho a preocupação que Vossa Excelência tem, com respeito ao problema segurança. Preocupa-me só, um particular, sobre os incidentes ocorridos.

O incidente que Vossa Excelência enfoca, principalmente ocorrido ontem à noite, é bom que se diga a este Parlamento e é bom que a imprensa também diga isso lá fora; foram dois policiais da Polícia Civil, que estavam bebendo num bar, não estavam a serviço, não estavam com viatura, e obviamente paisanos, como civis.

O soldado infelizmente assassinado, estava também bebendo num bar, não estava a serviço, se me parece até, é aposentado, não estava com viatura. Então o que ocorreu? Ocorreu um fato comum que ocorre constantemente em bares onde cidadãos se defrontam e brigam.

O que eu gostaria de fazer como colocação, neste instante, Deputado Algaci Túlio, principalmente a Vossa Excelência, que além de Parlamentar, é um repórter, para que nós tenhamos a devida dimensão de um problema hoje pequeno, mas se aguçado, por conotações de que nós temos hoje uma guerra entre Polícia Civil e Polícia Militar, podem nos levar a proporções que não temos nem o quadro de sua dimensão. É óbvio que tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar existe um corporativismo. E se nós instigarmos um fato corriqueiro de bar, que eu acredito seja, como um fato de guerra, entre Polícia Civil e Polícia Militar, nós estaremos contribuindo para acirrar mais ainda os ânimos das policiais e não sabemos nem sequer, a repercussão que isso possa acontecer no curso do tempo.

Então, gostaria de apelar a esta Casa, aos Parlamentares, principalmente os par-

lamentares que têm programa de rádio, de televisão, que dêsemos esse quadro de busca de unidade nas duas polícias que têm o dever de resguardar a população na sua segurança e não darmos enfoque em demasia a um problema eventual que pode ocorrer para não virmos presenciar na frente, pela fermentação dos fatos de que possa existir uma guerra entre polícias.

E o Secretário Antônio Lopes de Noronha, nobre Deputado, Vossa Excelência sabe, é o Secretário de Estado hoje, que tem se preocupado, mantido constante reunião com o alto comando da Polícia Militar na busca de punição aos soldados, como aos agentes civis envolvidos nesse episódio. Porque a polícia tem que estar acima disso, do destemper, do despreparo de alguns dos seus membros. A corporação, a instituição precisa ser mantida porque ela é necessária para a segurança. No resto eu tenho a mesma preocupação de Vossa Excelência quanto à segurança da população paranaense e a melhoria de condições ao trabalho das nossas polícias.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Caíto Quintana, nós sabemos, realmente, como deixei bem claro no meu pronunciamento que não foi uma coisa premeditada e que aconteceu neste bar.

Mas, isso é reflexo de uma situação que é verdadeira e que existe no seio das duas corporações, a rivalidade. Onde existe um policial civil e militar, ambos não conversam, não se bica; é muito raro isso. E em especial, dentro de um bar.

Agora, não se trata de um caso corriqueiro porque afinal de contas, houve a morte de uma pessoa. Então, não é um caso corriqueiro. É que a sequência desses fatos começam a deixar a população intranquila, sem saber o que fazer. Porque na hora em que ela mais precisa, a polícia se mostra inoperante.

Os dois fatos provam isso na hora em que a briga é entre elas, entre Polícia Civil e Polícia Militar, sobra polícia, sobram viaturas. É isto que deixa o povo revoltado porque não pode entender isso.

Pede-se socorro, grita-se "polícia" e a polícia não aparece, não tem viatura. Se tem, não tem combustível; se tem combustível, tem um policial só no módulo e não pode sair porque tem que cuidar do telefone e cuidar do módulo para que não o depedirem. São esses absurdos que estão acontecendo aí e que não podemos mais aceitar isso. Tem que se dar um basta nesta situação. São esses fatos que estão acontecendo seguidamente que não permitem mais que fiquemos silenciados.

É preciso uma posição em cima dessa situação toda.

Concedo o aparte ao Deputado Raul Lo-

pes.

O Sr. Raul Lopes - Prezado Deputado Algaci Túlio. Vossa Excelência tem 30 minutos.

Eu já pedi ao Líder da nossa Bancada para que me faça a gentileza de ceder o seu horário para que eu possa fazer uma exposição a respeito. Como tenho somente 8 minutos, quero aproveitar esse aparte no momento em que o companheiro diz que a sociedade clama por segurança e as coisas às vezes não acontecem.

O companheiro Caíto Quintana, como bem colocou as coisas numa forma, de uma nobreza extraordinária e eu diria a você e, oportunamente direi tão logo ocupe a tribuna, é um fato isolado tendo em vista que ambos encontravam-se numa situação totalmente irregular.

Agora, no que diz respeito quando a sociedade clama por segurança e pede, o sistema para dizer assim, abrangente, entre militares e civis sempre esteve presente. Não pode portanto, Vossa Excelência caracterizar de uma forma generalizada que ambas instituições estão em guerra.

Oportunamente ocuparei a tribuna e darei detalhes. Era tão somente esse aparte e agradeço Vossa Excelência pela oportunidade.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Raul Lopes, eu mesmo deixei claro que nós temos nas duas corporações pessoas honestas, trabalhadoras e Vossa Excelência foi uma dessas pessoas no desempenho das suas funções como Comandante da Polícia Militar e sabe que eu sempre o respeito.

Mas a verdade é Vossa Excelência talvez, publicamente não possa dizer, é que existe hoje essa rivalidade, existe. Que existe essa situação de fato, existe. E nós temos provado isso ao longo dos tempos. E de repente, temos que pensar. Não será melhor unificar as duas polícias para acabar com essa briga toda e para acabar com essa rivalidade de polícia brigar com polícia ocupar o espaço na imprensa que é o espaço que tem que ser dado a um marginal que foi preso. Será que nós não temos que, de repente, pensar nesta posição, na nossa Constituinte Estadual aqui, de unificar as duas Polícias para acabar com esta situação? Nós devemos pensar muito bem nisto.

Concedo o aparte ao Deputado Basílio Zanusso e informa à Mesa que posso já ocupar o espaço destinado à Liderança do PDT, na continuação deste meu tempo Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que, encerrado o tempo dos 30 minutos, poderá usar o Horário da Liderança.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Algaci Túlio, eu não podia deixar de registrar também o discurso de Vossa Excelência e a manifestação de aplausos da nossa Bancada pelo pronunciamento, pelo discurso, pela advertência séria, muito oportuna, que em boa hora Vossa Excelência da tribuna fala da preocupação do Poder Legislativo, não que um Deputado ou outro fosse diferente nesta Casa. Há uma preocupação geral. Ainda hoje de manhã, encontrando-me com alguém que assiduamente escuta o seu programa de grande audiência, de maior audiência na Capital, falava-na estarrecida esta pessoa: "Mas o Senhor já viu, Deputado a Polícia contra a Polícia outro dia. Agora o Senhor leu nos jornais, Deputado, o Senhor ouviu o programa do Algaci Túlio ou outras emissoras de rádio que novamente o fato se repetiu: a Polícia Militar contra a Polícia Civil, e ninguém sabe, todo mundo atônito. Mas não só está preocupada a população, com assustada"; e Vossa Excelência discorre sobre o assunto com a competência que tem porque a sua área, que é a de fiscalizar, criticar, comentar, comunicar, dar ciência ao Estado, particularmente a Capital do Estado das coisas que acontecem na área de Segurança do nosso Estado e especialmente da Capital.

Portanto, Vossa Excelência, com conhecimento de causa, com detalhes que conhece tão bem como poucos aqui, vai à tribuna e presta a Assembléia uma grande contribuição, porque realmente, embora sejamos minoria, quase que insignificante, porque tem aqui o Governo do Estado uma Bancada com número superior a 35 Parlamentares e que também apoio tem da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, portanto, não precisa para as votações e decisões nesta Casa dos votos dos demais partidos, mas nós por direito, ainda com a minoria, com direito a palavra e à obrigação do desempenho do cargo que temos e do nosso mandato, prestamos a Vossa Excelência, repito, relevante serviço à Assembléia, que nós não podemos nos emitir neste instante que toda a população paranaense está à espera de uma medida competente e imediata do Governo do Estado.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência. Deus permita que a Assembléia Constituinte ainda possa incluir no Documento Maior da Nação providências nesse sentido para que as Assembléias Estaduais possam nos seus respectivos Estados talvez fazer isso, a unificação das duas Polícias, porque a Polícia Militar e a Polícia Civil do Rio de Janeiro tem uma experiência, criou duas Secretarias, é a solução. Talvez não, mas fez alguma coisa. Portanto, cumprimento Vossa Excelência nesta tarde feliz que vai à tribuna e presta uma grande contribuição a todos nós desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Basílio Zanusso. E quando fazemos esses comentários não são apenas críticas ao sistema, mas é também uma advertência para mostrar o outro lado da Polícia, o lado pobre, o lado difícil do policial que hoje tem que trabalhar sem condições. Vejam por exemplo, nós temos no Instituto Médico Legal, hoje com o mal que é hoje a AIDS aí, nós temos funcionários do Instituto Médico Legal trabalhando 24 por 48 e antes era 24 por 72, trabalhando sem os apetrechos necessários, sem a luva, sem o avental, sem a máscara, obrigados esses funcionários a enfrentar de cara a cara a abertura de um cadáver, que ninguém sabe que tem esse cadáver, que doença teve essa pessoa. Nós vemos aí várias situações nas Delegacias, Delegacia de Furtos e Roubos por exemplo, foi pedido o seu despejo. A Delegacia de Furtos e Roubos está com despejo, sabe por quem? Pela União da Polícia Civil que é proprietária do prédio, que quer o prédio para poder fazer a sua sede, e a Delegacia de Furtos e Roubos não sai de lá, está com despejo. A Delegacia do 4º Distrito Policial corre também um processo de despejo do proprietário anterior onde ela estava localizada. E tem uma série de fatos, os detetives brigando com os agentes que passaram a ser detetives por uma lei errada que passou por esta Casa num ano eleitoral. Isso tem que ser dito também, num ano eleitoral aprovaram uma lei aqui nesta Casa que igualava o agente de polícia com o detetive, quer dizer, que vantagem tem o detetive, fazer cursos, especializações, academia e outras coisas mais, para ser igualado com o agente que tem apenas o 2º grau, quer dizer, uma absurdo cometeu-se nesta Casa ao arrepio da lei e hoje está uma guerra, há ação popular dos detetives contra os agentes, e não sei o que é que vai sobrar na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O Sr. Anibal Khury - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência nobre Deputado.

Então esta é a situação, esta é a realidade, poderemos aqui discorrer mil e um fatos envolvendo a nossa polícia, que eu repito, nós admiramos a nossa polícia, é o nosso sistema de segurança mas que infelizmente está defasado, e não é de hoje, não é deste Governo, não é obra, não é fruto deste Governo, não é fruto do governo passado, é fruto de quase todos os governos que passaram e que sempre relegaram a Polícia a segundo plano, até existe uma regra que sempre o Governo deixe uma "bre-

cha" para que o povo "meta o pau", quer dizer, é a polícia, ela que paga por tudo, há uma greve chama-se a polícia para espancar o trabalhador, e aí resulta a crítica em cima da polícia, ela que tem que ser o canhão, tem que ser a "bucha" de canhão, ela que tem que recolher toda essa insegurança, essa intranquilidade do povo. Então não é apenas no criticar a polícia que eu venho a essa tribuna, eu venho chamar a atenção para um fato real que aí está, que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti conhece muito bem. Esta situação nós conhecemos, se nós não conhecêssemos não subiríamos a esta tribuna para dizer tudo o que está acontecendo.

Então é preciso dar um basta nisso, é preciso que Sua Excelência o Governador dê um murro na mesa, foi-se um ano, e um ano de desgaste, lamentavelmente, que a polícia deu ao Governador. O ano passado foi terrível, o ano passado foi totalmente horrível a atuação da polícia, nós tivemos mais atuações negativas da polícia, guardadas as devidas proporções às ações dos bandidos, quadrilhas e mais quadrilhas de policiais civis, de policiais militares atuando, matando, estuprando, violentando. E este ano com apenas dois meses e quinze dias, a situação está se repetindo; É neste sentido que eu venho a esta tribuna para fazer um alerta especial à Bancada do PMDB, para que exija do Governador, para que exija do Secretário, uma solução para o problema da nossa polícia, isso está refletido na insegurança total da população.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Informo a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado, oito minutos e trinta segundos.

O SR. ALGACI TULIO - Gostaria de ter dado aparte ao Deputado Anibal Khury, mas acabei esquecendo do horário e Vossa Excelência não me disse quanto tinha de tempo no Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sempre são oito minutos e trinta segundos.

O SR. ALGACI TULIO - Às vezes varia um pouquinho, de qualquer maneira muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Dentro do Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL se fará uso do seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Com a palavra Vossa Excelência Deputado Pedro Tonelli, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares.

Pela primeira vez neste ano legislativo estamos trazendo como preocupação nesta Casa, as reivindicações básicas daqueles que são - creio eu - o mais importante que temos no Estado do Paraná, que são os trabalhadores rurais.

Tendo em vista, a conjuntura nacional, onde o Brasil vive a maior crise econômica da sua história, onde os pequenos e os médios proprietários e produtores, que produzem alimentos para o consumo da população enfrentam condições cada vez mais desfavoráveis para plantas, para colher, para vender; enfim, para aquilo que é sua, e as nossas necessidades.

A Central Única dos Trabalhadores, o movimento dos agricultores "sem-terra", a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural, a Comissão Pastoral da Terra, e demais órgãos e movimentos representativos dos trabalhadores rurais, vêm apresentar às autoridades as suas principais reivindicações, em relação ao problema da terra, dos preços dos produtos, a política agrícola, o crédito rural, o problema da saúde, da seca, e enfim, os direitos dos trabalhadores.

Esses problemas são graves e estão relacionados com a situação em que se encontra o conjunto da economia brasileira: dependente do capital estrangeiro, totalmente legado em função da economia internacional, integrada a interesses da economia mundial.

Dada a esta situação, os trabalhadores, junto às entidades representativas, exigem uma resposta imediata das autoridades. Pela manhã estiveram junto ao Governador, digo, com o Governador. À tarde, estão com as Secretarias, e amanhã estarão nesta Casa, onde contém uma pauta de reivindicações, de interesse desta que é a maior força econômica do Paraná.

Quanto ao problema da terra, o que eles exigem é a suspensão de todos os leilões de terras penhoradas, e a eliminação da terra como garantia de empréstimo junto aos Bancos... Exigem o assentamento imediato de duas mil famílias sem-terras, que estão acampadas no Estado. Exigem a resolução dos conflitos de terra existentes no Paraná, Santa-Galo, Matelândia, e outros. Exigem o cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, que previa o assentamento de 8 mil e 300 famílias, no ano de 1987, e 25 mil em 1988, no Paraná, bem como, o acompanhamento dos processos de desapropriação das áreas, para fins de reforma agrária, com a participação de entidades representativas dos trabalhadores. Exigem a revogação imediata do Decreto n. 2363 de

ano passado.

Exigem créditos especiais para os assentamentos em época oportuna. Exigem a desapropriação de terras de empresas multinacionais e de latifundiários improdutivos. Exigem o fim das demissões na ACARPA daqueles que trabalham nos assentamentos, junto aos pequenos proprietários, e quando ocorrerem, que sejam ouvidos os trabalhadores.

Exigem ainda preços dos produtos agrícolas, de acordo com os custos reais de produção, mais 30%, conforme especifica o Estatuto da Terra, pois, o milho que hoje tem um preço de Cz\$ 487 cruzados segundo o custo de produção, mais o 30%, deveria ser Cz\$ 818,00 o saco.

A soja, de Cz\$ 625,00, deveria ser de Cz\$ 1.309,00 o feijão de Cz\$ 1.933,00 deveria ser Cz\$ 3.725,00 o café de Cz\$ 1.660,00 o saco de 40 quilos, deveria estar Cz\$ 4.574,00 o leite de Cz\$ 18,00 o litro, deveria estar a Cz\$ 31,00 a batata está a Cz\$ 150,00 o saco, deveria estar a Cz\$ 520,00 para contemplar o custo mais de 30% que é, nada mais nada menos, do que o cumprimento da lei.

Exige-se também que o preço mínimo dos produtos agrícolas sejam fixados e controlados com a participação efetiva dos trabalhadores; a extinção do "PROAGRO," e implantação, em todo o Território Nacional, do seguro agrícola, que indeniza o custo real da produção, e não só o capital dos bancos mas com a participação efetiva dos trabalhadores rurais na sua implantação e na sua definição; exige-se que as obras de emergência sejam realizadas nas pequenas propriedades, bem como construção de poços artesianos, açudes para irrigação nas pequenas propriedades; exige-se também que todos os empréstimos de emergência aos pequenos produtores sejam feitos sem juros, sem correção e a fundo perdido, exige-se também, na área da saúde, aonde, exemplificando, percebemos que o Estado do Paraná aplicava 4,81% dos recursos do tesouro para saúde em 1983, 4,73% em 1984, 4,27% em 1985, 4,26% em 1986. Aplicou 3,76% em 1987 e 2,06% em 1988 e está previsto baixar para 1,94% a porcentagem do orçamento com a saúde; exige-se também que o piso salarial seja estabelecido pelo DIEESE; a estabilidade e garantia do emprego, de modo especial, na entre-safra; o direito à assistência e benefícios iguais com os trabalhadores urbanos; a aposentadoria com base no piso salarial, tanto para o homem como para a mulher aos 50 anos de idade e a decretação das eleições diretas para Presidente da República em 1988, pois assim o povo é que decidirá sobre o seu destino.

Esta é uma síntese das principais reivindicações dos trabalhadores rurais paranaenses, que hoje conversaram com o Exce-

lentíssimo Governador do Estado. À tarde estarão com o Secretário de Estado ...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Informo a Vossa Excelência que o seu tempo se encontra esgotado.

O SR. PEDRO TONELLI - ... trinta segundos para concluir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Trinta segundos, apenas.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Por isso, é preciso que nós Parlamentares, que somos representantes do povo paranaense, comprometamo-nos e congratulemo-nos com tais reivindicações, caso contrário, a nossa agricultura estará falida.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhoras e Senhores Deputados pela atenção.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Dentro do horário das Lideranças, consulte a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulte à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulte à Liderança do PFL. (Declina)

Havendo declinado, consulte à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto está sendo bastante polêmico e até alguns minutos foram neste dia de hoje ocupados por alguns companheiros da Oposição e vejo mesmo através dos companheiros da Situação, inclusive deste Deputado que vos fala, o assunto que em voga ocupa o espaço dos órgãos de comunicação do nosso Estado a Segurança Pública.

Até me sinto constrangido, prezados companheiros, porque não quero ocupar esta Tribuna para defender o sistema como um todo, quero sim, para aproveitar tentar conduzir inclusive os companheiros, que ocupam também nas horas extras a função de Repórter Policial, como os companheiros Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti e outros, a oportunidade para motivá-los, conscientizá-los, despertá-los no sentido de também, porque hoje tive a oportunidade de ouvir o programa do companheiro Algaci Túlio pedir que o mesmo não deixe um só momento de procurar conscientização para a necessidade do sistema se entender; a necessidade de existir a unidade de compreensão por parte dos líderes, dos chefes que estão à frente do Serviço de Segurança Pública deste Estado.

Tenho, naquilo que me é oportuno, fa-

lado a todos, chamado a atenção para o que realmente vem acontecendo. Preocupo-me, indiscutivelmente e como disse não venho aqui para tentar abafar, pôr panos quentes em cima de uma situação, mas quero tão somente companheiros, dizer que são fatos, momentos isolados, como disse muito bem o Deputado Caíto Quintana.

Esses companheiros que até ontem se encontravam em situação totalmente adversa, uma situação da missão que os obriga ao cumprimento da responsabilidade e como tal, o Secretário, através do Governo e dos seus respectivos comandantes estão responsabilizando-os, punindo-os e colocando-os para fora do sistema e assim outros tantos que têm denegrido, e com isso trazendo prejuízo enorme, a nossa sociedade, mas eu quero desta tribuna conscientizá-los e pedir a esses companheiros desta Casa, que através dos seus gabinetes, procurem fazer alguma coisa no sentido de que o Secretário de Estado da Segurança, o Governo e os seus respectivos Comandantes do sistema, procurem conversar, como eu tenho feito, com os seus comandados, no sentido de se entenderem para que nós, e a sociedade em especial, não concluam que há uma guerra entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, não existe, eu que militei, vivi a minha vida em torno de 35 anos naquela corporação, nunca existiu. Existiram sim fatos isolados. Fatos que podem ser, no acirramento, na motivação dos ânimos trazer momentos desagradáveis quanto este.

De sorte que, companheiros, me permita o companheiro Algaci Túlio que é dono de uma audiência extraordinária, de um programa que ele desempenha, ele e Luiz Carlos Alberghetti para tentar conscientizar a comunidade para que não entenda assim, porque a Polícia Militar e a Polícia Civil, em que pesem esses incidentes, têm prestado inegavelmente serviços e resultados maravilhosos à nossa comunidade.

É preciso que entendamos assim e possamos fazer alguma coisa, no sentido de que esses companheiros, os comandados, os integrantes do sistema não coloquem as coisas na frente e venham com isso trazer prejuízos ao Governo do Estado, que naturalmente trabalha e se empenha, e vem sustentando a nível nacional ibopes maravilhosos, e esse Estado tem mostrado a todos nós o resultado extraordinário.

De sorte que, companheiros, eu vou ser breve, para que o nosso Líder do Governo, possa em ato contínuo ocupar a Bancada e aqui trazer algumas palavras neste momento maravilhoso em que hoje comemora um ano de existência do Governo do Estado.

Mas, repito, companheiros, vamos dar um voto de confiança, vamos ter certeza, como já venho fazendo, vocês também chamando a responsabilidade e aqui faço, que-

re crer não ser demais, pedir ao comandante Coronel Vantuil e ao Dr. Renato que conversem com seus comandados para que a sociedade não entenda que as instituições estejam em guerra. Não estão em guerra. São fatos isolados que lamentavelmente tem denegrido, deturpado todo processo, todo o sistema da Segurança Pública do nosso Estado.

Irei fazer, tão logo deixe esta tribuna, mas peço aos companheiros que o façam, face ao programa de alcance que os mesmos representam perante a nossa comunidade.

Termino, passando a palavra ao meu querido Líder do Governo para que dê continuidade neste nosso horário. Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA- Senhor Presidente, companheiros Deputados, hoje precisamente há um ano, portanto, no dia 15 de março, assumia o Governo do Estado do Paraná, o Governador Álvaro Dias, eleito pelo massacrante apoio da população do Paraná e passados os 365 dias da sua gestão, quando o País vive uma crise quase sem precedentes na sua história, quando há um descrédito de todas as categorias profissionais, há um descrédito dos políticos, há uma descrença por parte do povo, o governador Álvaro Dias consegue ser um Governador com índice de aprovação de 93% por parte da população, sendo considerado ótimo e bom por 73% da população do Paraná.

Evidentemente, Senhores Deputados, que alguns erros continuam acontecendo, afinal de contas esse País tem andado fora dos trilhos já há muito tempo, tem andado nos descaminhos já há muito tempo, e o PMDB que assumiu este Estado em 1983, iniciou uma nova era no Paraná e Álvaro Dias vai consolidando a nova imagem de administrador. Sêrio, austero, trabalhador, preocupado com a população do seu Estado, preocupado com o engrandecimento do seu Estado, preocupado com o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Pequenas obras, por que não? Quatro salas de aula por dia, mais de 300 postos de saúde em todo este Estado, projetos de irrigação, apoio ao pequeno, médio e grande produtor, apoio, portanto, à economia do Paraná.

Grandes obras também, e ainda hoje ao lado do Líder da nossa Bancada, Caíto Quintana, ao lado da Bancada do PMDB e de outros componentes deste Legislativo, ao lado do Senhor Presidente, nesta sessão, Eduardo Baggio, acompanhamos o início de uma grande obra do Governo do Estado.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte, Deputado?

O SR. NESTOR BAPTISTA - Uma grande obra que começa com a participação de todos os paranaenses, uma obra que lembra, inclusive, um trabalho aqui executado pelo Deputado Caíto Quintana a respeito da ferrovia da produção. Eu lhe concedo o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu informo, nobre Deputado, que tem mais 30 segundos de seu tempo.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Solicito um minuto, Senhor Presidente.

O Sr. Caíto Quintana- (Aparte) Deputado Nestor Baptista, para não lhe roubar o minuto final, eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento do ano do Governo Álvaro Dias, e dizer a esta Casa que a maior resposta sobre o Governo Álvaro Dias mais do que Vossa Excelência, como Líder do Governo, quem deu, foi o povo do Paraná que consagrou exatamente no 1º ano de Governo o Governador Álvaro Dias com um índice de aceitação popular de 93%. Eu acho que é o povo que está aplaudindo e dizendo parabéns Álvaro Dias, siga em frente com este estilo de Governo.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Encerrando, Senhor Presidente, hoje o Paraná deu um grande passo com a presença do Ministro dos Transportes aqui em Curitiba, no Palácio Iguaçu.

Teremos a "Ferrovia da Produção", teremos a ligação não só com Mato Grosso, mas a ligação inclusive internacional. A Oposição está no seu papel, de procurar as falhas que possam existir, de fazer a crítica que se faz necessária; mas enquanto a crítica é feita, infundada ou não, como as críticas do Deputado Pedro Tonelli, preocupado com os "comitês" do PT dentro da ACARPA, O Governador Álvaro Dias continua governando com o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 366/87, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que ratifica os marcos implantados pelo ITCF nas nascentes do Rio Saci e Itambé, bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apucarana e Arapongas, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.R.A., por unanimidade. Com Emendas de Plenário.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando para que o mesmo e a respectiva emenda, sejam encaminhados à C.C.J., para análise da constitucionalidade dos mesmos. Aprovado.

Ainda sobre o mesmo, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o retorno do mesmo à C.C.J., e posterior envio à Comissão de Finanças. Em votação.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Não, não. Eu peço a verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência defere e irá fazer a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

Oito Senhores Deputados aprovam e quinze rejeitam. Rejeitado.

Está em discussão a Emenda do Deputado Domingos Scarpellini. Em votação. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei nº 217/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que estabelece normas para expedição e renovação de alvará de licença a estabelecimentos comerciais do ramo farmacêutico, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.S.P. e C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a sua retirada por 20 (vinte) sessões. Aprovado. Fica portanto, retirado por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei nº 217/86.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 239/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o inciso II, do Art. 20, da Lei n° 7.051, de 04.12.78. Eleva para 45 (quarenta e cinco) anos o limite de idade, para inscrição em Concurso do CRE. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.R.H., por unanimidade. (em anexo Projeto de Lei n° 022/87, de autoria do Deputado Antônio Barbara, versando sobre o mesmo assunto.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caetano Quintana, constante do expediente, solicitando a sua retirada por 20 (vinte) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, retirado por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei n° 239/86.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 55/85, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 82/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo alienar à TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900m², na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do IAM e adquirida pelo Estado do Paraná conforme matrícula n° 3769, da 1.^a Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA.

PROJETO DE LEI N° 55/85
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante prévia avaliação e cumprimento das demais formalidades legais, alienar à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900 m² (dois mil e novecentos metros quadrados), na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do Instituto de Assistência ao Menor-IAM e havida pelo Estado do Paraná, conforme escritura pública de desapropriação lavrada à fls. 1, do Livro 214-N, do 5° Tabelionato de Notas, da Comarca de Curitiba e matrícula n° 3769, da 1.^a Circunscrição de Registro de Imóveis da mesma Comarca.

Art. 2° - O valor integral auferido na alienação de que trata o artigo anterior deverá ser repassado ao Instituto de Assistência ao Menor-IAM e aplicado em programas de assistência e amparo ao menor.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.88.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 55/85

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, oriunda da Mensagem Governamental n° 82/85, pretende autorizar o Poder Executivo a alienar à TELEPAR, uma área de terreno medindo 2.900 m², na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do IAM e adquirida pelo Estado do Paraná conforme matrícula n° 3769, da 1.^a Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A iniciativa em matéria desta natureza é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, de acordo com o Art. 47, da Constituição do Estado.

Assim sendo, não existe qualquer óbice ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis, seja de caráter constitucional, legal ou regimental.

Considerando, porém, que a redação do artigo 2° do referido Projeto de Lei não atende plenamente ao perfeito esclarecimento da medida proposta, achamos por bem propor a sua alteração, na forma de Emenda anexa.

Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei, com a ressalva da alteração proposta ao artigo 2° e que anexamos ao parecer em questão.

Sala das Comissões, em 21.05.85

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator.

Sobre o referido Projeto, emenda de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, nos seguintes termos:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 55/85

O Artigo 2° passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - O valor integral auferido na alienação de que trata o artigo anterior será repassado ao Instituto de Assistência ao Menor-IAM e aplicado em programas de assistência e amparo ao menor".

Sala das Comissões, em 21.5.85.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Presidente

TRAJANO BASTOS

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o seu adiamento por 20 (vinte) sessões. **Rejeitado.**

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Com a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Peço verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu solicite chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e solicita da Senhora 1.ª Secretária, que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.
(Faz soar os tímpanos).

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Havendo declinado, faremos a verificação de votação. Solicitamos aos Senhores Deputados que tomem seus assentos, por gentileza.

Os Senhores que aprovam o requerimento do Deputado Valderi Mendes Vilela, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Oito Senhores Deputados aprovam.

Vinte e dois rejeitam.

Está Rejeitado.

Em discussão o Projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Mais uma vez esta Casa se vê na iminência de aprovar uma Mensagem Governamental, sem a devida documentação exigida, para que nós possamos com tranquilidade e com a certeza de que estamos votando-a corretamente, a fim de tomarmos uma posição.

Muito nos estranha de que este Projeto tenha vindo para o Plenário e trazendo dúvidas a todos nós, principalmente àqueles que não fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça, com relação a possíveis faltas de alguns documentos, porque, afinal de contas, vamos repassar uma área do extinto Instituto de Assistência ao Menor, hoje FASPAR, para a TELEPAR. É preciso que nós tenhamos, repito mais uma vez, certeza de que tudo está nos conformes para podermos aprovar.

Nós, quando pegamos hoje a Ordem do Dia, nos surpreendemos com este Projeto, de autoria do Poder Executivo, que objetiva

autorizá-lo a alienar à Telepar, uma área de terreno medindo 2.900 m. na Avenida Manoel Ribas, desta Capital, integrante do patrimônio do IAM - hoje não existe mais o IAM e adquirida pelo Estado do Paraná, conforme matrícula n.º 3.769 da 1.ª Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Então vejam os Senhores, que o que também nos deixa preocupados, é que a Telepar já está em cima desta área já há algum tempo e somente agora, esta Casa vai referendar uma alienação, sem o total da documentação para que nós tenhamos conhecimento e a certeza de que tudo está correto. Que pode confiar nas Comissões pelas quais passou este Projeto e que no entendimento destas Comissões tudo está correto, eu tenho as minhas dúvidas.

Por isso, Senhor Presidente, eu queria na hora em que fazia observação à Mesa, também pedir a retirada deste Projeto por algumas sessões - não por 20, nem por 15, nem por 10, mas quem sabe por 5 sessões para que pudessemos fazer uma avaliação deste Projeto, desta Mensagem. Porque me alertava o Deputado Valderi Mendes Vilela que não há dentro do Projeto a avaliação desta alienação. Por isso era necessário e de bom alvitre que nós tirássemos de votação.

Infelizmente, o requerimento do Deputado Valderi Mendes Vilela, não foi aprovado, mas, fica aqui a minha preocupação e evidentemente em 2.ª Discussão eu virei para esta tribuna com mais alguns detalhes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está em votação. APROVADO.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 69/86, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza a efetivação dos servidores que exercem as funções de Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, conforme especifica. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J., por maioria e PARECER FAVORÁVEL DA C.R.H., por unanimidade. (Publicado no DA. 27/86, de 15/04/86)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Projeto de Lei n.º 69/86

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o presente Plano de Lei tem por finalidade autorizar a efetivação dos servidores que exercem as funções de Auxiliar de Secretaria e Auxiliar de Serviços Gerais, no Quadro do Poder Executivo.

A Constituição Estadual no seu art. 25, § 1.º, alínea "C", reputa ser de compe-

tência exclusiva do Governador a iniciativa das Leis que disponham sobre tal matéria.

Nestas condições, dada a inconstitucionalidade da matéria, nosso parecer é contrário, opinando-se pela sua rejeição. É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.86
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
Relator - Ilegível.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
Projeto de Lei n° 69/86

PARECER:

Designado pelo Presidente da Comissão de Recursos Humanos como Relator do Projeto de Lei n° 69/86, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, após a análise, chegamos à seguinte conclusão:

A proposta possui elevado alcance social, merecendo de nossa parte a maior atuação no seu exame.

Como se trata de medida meramente autorizatória, devendo o Chefe do Poder Executivo definir-se pelo seu encaminhamento, legal ou regimental, ao prosseguimento da matéria.

Assim, considerando a importância do referido Projeto de Lei, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 23.06.87
(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente;
ANTÔNIO BÁRBARA - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando a sua retirada por 20 (vinte) sessões. Aprovado. Fica portanto, retirado por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei n° 69/86.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 226/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 125/86), que dispõe sobre a inclusão do Símbolo DAS-6, com valor que especifica, na escala de vencimentos de cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Superior instituída pelo art. 7°, da Lei n° 6.996 de 12 de abril de 1.978 e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.R.H., C.F. e C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N° 226/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído na escala de vencimentos dos cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Superior de que trata o art. 7°, Lei n° 6.996, de 12 de abril de 1978, o Símbolo DAS-6, com os vencimentos de Cz\$ 3.754,73 (três mil, se-

tecentos e cinquenta e quatro cruzados e setenta e três centavos).

Art. 2° - O símbolo de vencimentos dos cargos em Comissão de Chefes de Grupo de Recursos Humanos Setorial - GRHS, de Grupo Administrativo Setorial - GAS, de Grupo Financeiro Setorial - GFS e de Grupo de Planejamento Setorial - GPS, fica transformado de 1-C para DAS-6 e o Símbolo de vencimento dos cargos de Assistente dos referidos grupos fica elevado de 2-C para 1-C.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.86
(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 226/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei é oriundo da Mensagem Governamental n° 125/86 e dispõe sobre a inclusão do símbolo DAS-6, com o valor que especifica, na escala de vencimentos de cargos em Comissão de Direção e Assessoramento Superior instituída pelo art. 7°, da Lei n° 6.996, de 12.04.78.

Ao justificar a proposição em questão o Chefe do Poder Executivo diz que esta visa atender aos superiores interesses da Administração, pois há a necessidade de uma reavaliação nas atribuições dos cargos levando-se em conta o grau de complexidade das funções visando uma justa remuneração dos Chefes e Assistentes de Grupos setoriais, e também a possibilidade de um melhor recrutamento nas ocasiões de preenchimento de tais cargos.

O Projeto de Lei obedece ao preceito contido no art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, que define matérias desta natureza como prerrogativa exclusiva do Poder Executivo.

Assim sendo, não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite do referido Projeto de Lei.

Nesse sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.87
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 226/86

PARECER:

O presente projeto de Lei, enviado a esta Casa de Leis pelo então Governador João Elísio Ferraz de Campos, visa a modificação da simbologia e de vencimento dos cargos de chefia dos Grupos Setoriais das Secretarias de Estado.

Entendemos ser de grande importância para a estrutura das Secretarias e de justo merecimento para os funcionários ocupantes daqueles cargos, dada a relevante importância das tarefas desenvolvidas pelos mesmos.

O Projeto de Lei em questão, vem atender a antigas reivindicações no sentido de valorização funcional dos chefes e assistentes dos Grupos Setoriais.

Assim sendo e visto já ter o Projeto parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.06.87

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente;
RAFAEL GRECA - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N° 226/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei, enviado a esta Casa de Leis, pelo então Governador João Elísio Ferraz de Campos, objetiva modificações da simbologia e de vencimentos dos cargos de chefia dos Grupos Setoriais das Secretarias de Estado.

Em justificativa à presente proposição, fundamentamos no art. 47, inciso I, da Constituição Estadual que tece critérios sobre matérias dessa natureza e atribui ao Poder Executivo a decisão de julgar o presente assunto. Por se tratar de grande importância para a estrutura das Secretarias de Estado e por entendermos ser o proposto de justo merecimento devido à complexidade das funções que os cargos exigem, não vemos nenhum impedimento de natureza regimental à tramitação do referido Projeto de Lei que proporcionará justa remuneração aos Chefes e Assistentes de Grupos Setoriais.

Opinamos assim pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.06.87

(aa) NELSON VASCONCELLOS - Presidente;
ANTÔNIO BÁRBARA - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a sua retirada por 20 (vinte) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, retirado por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei n° 226/86.

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria que se retirasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Mesa anota o seu voto contrário.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Victória Julia Evangelista Chimalleski Parolim, no municí-

pio de Campo Largo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Buck, ocorrido no dia 14 de março do corrente ano, no Município de Antonina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 07/88 de legislação específica sobre o controle de poluição em pequenas bacias mananciais, destinadas ao abastecimento de água potável, às populações urbanas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados José Afonso Júnior e Anibal Khury, com apoio dos Srs. Deputados Nilton Barbosa, Domingos Scarpellini e Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei ns. 39/88 e 40/88. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n° 009/88, da Comissão Executiva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Deputados Federais, pelo Paraná, encarecendo apoio ao Projeto de Lei n° 50, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, bem como a autorização da criação do Conselho Nacional de Bebidas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Senadores pelo Paraná, encarecendo apoio ao Projeto de Lei n° 50, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, bem como a autorização da criação do Conselho Nacional de Bebidas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do Expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado encarecendo apoio ao Projeto de Lei n° 50, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, bem como a autorização da criação do Conselho Nacional de Bebidas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 1º aniversário de Fundação do "Diário da Manhã", no município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a sugestão da criação de um Programa de Abastecimento Alimentar que ajuste a produção aos índices de consumo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a determinação de estudos para a criação de um Posto de Controle e Administração de Pesca Marítima, em Pontal do Sul, no município de Paranaguá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Administração, encarecendo liberação de recursos para a reconstrução da Escola Almirante Alexandrina, na localidade de Santa Lúcia, no município de Pranchita. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BADEP, ao Secretário de Estado da Agricultura e ao Superintendente da LBA no Paraná, encarecendo reivindicações da Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Santa Luzia - AFROSANTA, no município de São Jorge do Oeste. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Esporte Clube Sete de Setembro do município de Dois Vizinhos, pela conquista da Taça Paraná de 1988. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo providências pela atitude arbitrariamente tomada pelo Delegado Adauto Abreu de Oliveira, da Delegacia de Furtos e Roubos, nesta Capital. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado da Indústria e Comércio, pela contribuição e instalação da empresa Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. FERROESTE. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 25º ano de fundação da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo apoio à reivindicação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba - APE, com relação à garantia de benefício mensal aos portadores de deficiência física. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Creche Menino Jesus, localizada na Vila Rio Grande, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a Creche Alan Kardec, localizada no Município de Peabiru. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de moção de apoio e solidariedade ao movimento de paralisação deflagrado pelos estudantes da Associação Paranaense de Educação e Cultura, entidade mantenedora do ensino de 3º Grau, do município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 55/85

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 39 e 40/88.

e do Projeto de Resolução n° 09/87.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 17, às 10:00 horas e uma Extraordinária, para logo após, ambas com a Ordem do Dia destinada ao trabalho das Comissões.

Levanta-se a Sessão.